

14. A CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA*

Já vimos como o capital produz a mais-valia e como a mais-valia produz um novo capital. Mas a acumulação do capital pressupõe a mais-valia, como esta pressupõe a produção capitalista, e esta, por sua vez, a concentração nas mãos dos produtores de mercadorias de massas consideráveis de capital ou força de trabalho. Todo esse movimento parece, assim, mover-se num círculo vicioso, de onde não podemos sair a não ser pressupondo, anteriormente à produção capitalista, uma acumulação primitiva que seria não o resultado, mas o ponto de partida do modo de produção capitalista.

Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política quase o mesmo papel que o pecado original na Teologia. Adão comeu a maçã, e o pecado caiu sobre todo o gênero humano. Explicam-nos a origem dessa acumulação através de um conto reportado a um passado longínquo. Certa vez, faz muito tempo, havia uma elite laboriosa, inteligente e, sobretudo, econômica, e, por outro lado, um bando de preguiçosos que esbanjavam o que tinham e o que não tinham em festas e farras. A lenda do pecado original nos conta, é verdade, que o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas a história do pecado original econômico nos ensina que alguns escaparam dessa pena. Mas pouco importa. Sempre terá sido que os primeiros acumularam as riquezas enquanto os outros, finalmente, para vender só tinham a própria pele. É desse pecado que data a pobreza da grande massa que, a despeito de todo o seu trabalho, continua a só possuir a si mesma para vender; e a riqueza de alguns, que cresce sem cessar, ainda que há muito tempo eles já pararam de trabalhar. Na história real, a conquista, a servidão, o morticínio e a pilhagem — numa palavra: a força bruta — desempenham, como se sabe, o papel mais importante. Na doce Economia Política só se conhece o idílio. O direito e o trabalho foram sempre os únicos meios de enriquecimento, com exceção, naturalmente, do ano em curso... Na realidade, os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílicos.

* Vol. I, cap. 24.

A relação capitalista supõe a separação entre os operários e a propriedade nas condições de realização de seu trabalho. Desde que a produção capitalista se torna independente, não se satisfaz em manter tal separação; ela a reproduz numa escala sempre maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser, assim, senão o processo que estabelece a dissociação entre o operário e seus meios de trabalho. A acumulação dita primitiva é, portanto, esse processo de dissociação entre o produtor e os meios de produção.

A estrutura econômica da sociedade capitalista origina-se da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos constitutivos da primeira.

O operário não podia ter a livre disposição de sua pessoa senão depois de que deixou de estar preso à gleba como servo de outro. Para se tornar livre vendedor de força de trabalho e levar sua mercadoria onde quer que houvesse mercado para ela, precisava também se livrar da dominação das corporações, dos regulamentos sobre aprendizes e oficiais, de todas as prescrições que embaraçavam o trabalho. O movimento histórico que transforma os produtores em assalariados aparece, pois, de um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; é este o aspecto que os historiadores burgueses vêem. Mas, de outra parte, esses recém-emancipados só se tornam vendedores de si mesmos após terem sido despojados de todos os seus meios de produção e de todas as garantias de existência que lhes ofereciam as velhas instituições feudais. Essa história de sua expropriação se acha inscrita com letras de sangue e de fogo nos anais da humanidade.

Os capitalistas industriais — esses novos potentados — tinham que desalojar, além dos artesãos das corporações, os senhores feudais possuidores das fontes de riqueza. Dêsse ponto de vista, seu triunfo se apresenta como o fruto de uma luta vitoriosa contra a potência feudal e seus privilégios revoltantes, bem como contra as corporações e os entraves que colocavam ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. Mas os cavaleiros da indústria só puderam desalojar os cavaleiros da espada explorando fatos dos quais estes últimos não eram em nada responsáveis. Eles se elevaram por meios tão vis quanto os que usaram os romanos emancipados que se tornaram senhores de seus velhos senhores.

O ponto de partida desse desenvolvimento que produz o assalariado como o capitalista foi a escravização do trabalhador; a evolução se deu com a transformação dessa escravização através da substituição da exploração feudal pela exploração capi-

talista. Não precisamos ir muito longe para compreender esse processo. Ainda que as primeiras manifestações da produção capitalista se dêem já, aqui ou ali, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só data, de fato, do século XVI. Por toda parte onde se instala o capitalismo, a servidão já tinha sido abolida há muito tempo, e a Idade Média, cujo fasto fora marcado pelas cidades soberanas, já estava empalidecendo.

Na história da acumulação primitiva são particularmente importantes as épocas em que grandes massas humanas são repentina e violentamente despojadas de seus meios de subsistência e jogadas ao mercado sob a forma de proletários privados de tudo. Todo o processo repousa sobre a expropriação do produtor rural, do camponês. Descreveremos tal processo na Inglaterra.

A servidão já tinha desaparecido, de fato, na Inglaterra, no fim do século XIV. A grande maioria se compunha então, e mais ainda no século XV,* de camponeses livres, que produziam autonomamente, quaisquer que fossem as aparências feudais escondendo sua propriedade real. Nos grandes domínios senhoriais, o bailio de outrora, servo ele próprio, já tinha sido deslocado pelo arrendatário independente. Os trabalhadores assalariados da agricultura eram, em parte, lavradores que aproveitavam seu tempo livre para trabalhar para os grandes proprietários agrícolas, e em parte — esta pouco numerosa em termos relativos e absolutos — de assalariados propriamente ditos. Mas, na verdade, mesmo estes últimos eram também lavradores livres, já que, além de seus salários, recebiam morada e terra com quatro acres ou mais.** Além disso, eles dividiam com os lavradores propriamente ditos a utilização dos bens comunais, onde pastavam o gado, retiravam a lenha, os combustíveis etc. Em todos os países da Europa, a produção feudal se caracterizava pela divisão do solo entre o maior número possível de indivíduos. O poder dos senhores feudais não repousava — e isso eles tinham em comum com todos os soberanos — no montante de suas rendas, e sim no número desses indivíduos, e isso dependia do número de lavradores que cultivavam por sua própria conta. Ainda que o solo inglês, depois da conquista dos normandos (1066), tenha sido repartido em enormes baronatos, dos quais às vezes um só englobava até 900 dos antigos domínios anglo-saxões, ele permaneceu

* Macaulay. *História da Inglaterra*, 10.^a ed., Londres, 1954, vol. I. págs. 333-334.

** 1 acre = cerca de 4.000 metros quadrados.

semeado de pequenas explorações e com muito pouco dos grandes domínios senhoriais. Esta situação, acompanhada do notável impulso das cidades que distingue o século XV, engendrava a riqueza popular, mas excluía a riqueza capitalista.

É na última terça parte do século XV e nos 20 primeiros anos do XVI que vemos os primeiros sintomas da revolução que gerou os fundamentos do modo de produção capitalista. Massas de proletários completamente despossuídos foram jogadas no mercado de trabalho pelo licenciamento dos "séquitos" feudais que atravancam inutilmente os domínios e as mansões. Ainda que o poder real, produto ele mesmo da evolução burguesa, com medidas violentas precipitou a dispersão de tais séquitos a fim de apressar seu poder absoluto, ele não foi o único responsável. Os senhores feudais, que faziam absoluta oposição aos reis e ao parlamento, criaram um proletariado bem mais numeroso ao expulsar pela força bruta os camponeses das terras que estes possuíam com os mesmos títulos feudais que eles, ao se apropriarem dos bens comunais. A arrancada se deu primeiramente na Inglaterra com o impulso das manufaturas de lã e a conseqüente elevação do preço da lã. As grandes guerras feudais tinham devorado a velha nobreza feudal; a nova, filha de seu tempo, via no dinheiro o poder dos poderes. Sua divisa foi então: Transformação das terras cultivadas em pastagens. Harrison (em sua *Descrição da Inglaterra*) expõe como a expropriação dos pequenos cultivadores arruína o país. Arrasava-se e deixava-se cair em ruínas as habitações dos camponeses e as casas dos operários. "Quando se consultam os inventários de cada mansão senhorial, vê-se que inumeráveis casas e pequenas explorações desapareceram, que o campo alimenta bem menos gente, que muitas vilas estão em decadência; é verdade que outras prosperam... E muito poderíamos dizer sobre as cidades e vilas destruídas para dar lugar a pastagens, só aí permanecendo a morada senhorial." As lamúrias dessas velhas crônicas são sempre exageradas, mas exprimem fielmente a impressão produzida sobre os contemporâneos pela revolução das condições de produção.

O legislador se deixou assustar por essa revolução. Em sua *História de Henrique VII*, Bacon escreve: "Por esta época (1489), lamentava-se mais e mais a transformação de terras cultivadas em pastagens, onde alguns poucos pastores cuidavam de tudo; e as fazendas arrendadas por um ano, ou por um tempo dado, ou por uma vida, foram transformadas em bens dominiais. Ora, a maior parte dos homens do campo vivia nessas fazendas. Daí resultou a decadência do povo, e das cidades, das igrejas, das dízimas... O rei e o Parlamento usa-

ram de maravilhosa sabedoria para sanar esse abuso... Tomaram medidas contra tal usupação dos bens comunais, que provocava o despovoamento, e contra a extensão das pastagens que a seguia de perto e produzia os mesmos efeitos." Um decreto de Henrique VII, de 1489, proibia a destruição de qualquer morada de lavrador que estivesse ligada a uma posse de pelo menos 20 acres de terra. Decreto de Henrique VIII reafirma tal proibição. Dizia, entre outras coisas: "Muitas terras arrendadas e grandes rebanhos, sobretudo de ovelhas, se acumulam nas mãos de alguns proprietários; daí a renda da terra ter aumentado, mas a agricultura está em decadência, as igrejas e casas destruídas, enormes massas populares deixadas na impossibilidade de sustentar suas famílias." A lei ordena, assim, a reconstrução das fazendas e fixa a proporção das terras cultivadas e das pastagens. Um decreto de 1533 se queixa de que certos proprietários possuam 24.000 ovelhas e ordena o limite de 2.000. (No seu livro *Utopia* — aparecido em 1516 — Thomas More fala do país bizarro onde "os carneiros comem os homens".)

Mas as lamentações do povo e toda a série de leis publicadas desde Henrique VII, e isso durante 150 anos, contra a expropriação dos pequenos cultivadores, resultaram em nada.

No século XVI, a Reforma e o confisco colossal de bens eclesiásticos que a seguiu vieram dar um novo e terrível impulso à violenta expropriação das massas do povo. No momento da Reforma, a Igreja Católica era proprietária feudal de uma grande parte do solo inglês. A supressão dos conventos jogou os habitantes de suas terras entre o proletariado. Quanto aos bens eclesiásticos, foram na maior parte dados gratuitamente a ávidos protegidos do rei, ou então vendidos por preços irrisórios a especuladores, fazendeiros, burgueses, que reuniram suas explorações e expulsaram em massa os antigos rendeiros que lá viviam há gerações. E, sem dizer uma palavra, confiscou-se a parte que a lei garantia sobre os dízimos eclesiásticos aos lavradores jogados à miséria.

Ns últimos anos do século XVII, a classe dos camponeses independentes (a *Yeomanry*) era mais numerosa que a classe dos arrendatários. Ela tinha-se constituído na força principal de Cromwell, e no próprio testemunho de Macaulay ela tinha um aspecto bem favorável em contraste com os fidalgotes beberões e sujos e seus lacaios, os curas rurais, cuja função era encontrar maridos para as criadas engravidadas pelo senhor. Os assalariados rurais eram ainda nessa época co-proprietários dos bens comunais. Pelo ano de 1750, a classe dos camponeses independentes já desaparecera e, nos últimos anos do século

XVIII, não existiam mais traços da propriedade comunal dos agricultores.

Após a restauração dos Stuarts (1660), os proprietários rurais realizaram legalmente uma usurpação, que se completou em seguida no continente sem outra forma de processo. Aboliram a constituição feudal, quer dizer, descarregaram sobre o Estado seus deveres tributários, "indenizando-o" através de impostos sobre os camponeses e o resto do povo, reivindicaram como propriedade privada, no sentido moderno do termo, bens sobre os quais eles só tinham direitos feudais, e, finalmente, outorgaram as leis sobre a residência que, com algumas variantes impostas pelas circunstâncias, foram para os lavradores ingleses o que os ucasses do tártaro Bóris Godunov (1597) tinham sido para os camponeses russos.

A "revolução gloriosa" levou ao poder, com Guilherme III de Orange, os capitalistas e nobres caçadores de lucros. Eles inauguraram a nova era exercendo o roubo em grande escala e nos domínios do Estado. As terras foram dadas ou vendidas a preços ínfimos ou mesmo anexadas às propriedades privadas por usurpação direta. Tudo isso se fez sem a menor preocupação com a legalidade. Os bens do Estado, apropriados pela fraude, e os bens eclesiásticos — ao menos os que não tinham desaparecido durante a revolução republicana — constituem a base dos grandes domínios atuais da oligarquia* inglesa. Os capitalistas burgueses favoreceram a operação a fim de fazer do solo um artigo de comércio, estender o domínio da grande exploração agrícola, fazer afluir do campo um grande número de pobres proletarizados etc. Por outro lado, a nova aristocracia fundiária era a aliada natural da nova aristocracia bancária, da alta finança recém-surgida e dos grandes proprietários de manufaturas apoiados nas tarifas protecionistas.

Enquanto os camponeses independentes eram substituídos por arrendatários sem condições, quer dizer, por colonos com contratos de um ano, uma gente servil e dependente das boas graças dos senhores de terra, o roubo sistemático das propriedades comunais se juntou ao roubo dos domínios do Estado, fazendo crescer essas fazendas, que no século XVIII eram chamadas "fazendas de capitalistas" ou "fazendas de comerciantes", e que "liberaram" a população agrícola em benefício da indústria.

No século XIX perdera-se até a lembrança dos vínculos que existiram outrora entre o cultivador e a propriedade co-

* Literalmente: o governo de uns poucos. Designa em geral um pequeno número de famílias nobres muito ricas. J. B.

munal. Sem falar de tempos ulteriores, a população rural recebeu alguma vez um vintém de indenização pelos três milhões e meio de acres dos bens comunais que lhes foram roubados entre 1801 e 1831 e entregues aos senhores de terra pelos senhores de terra, no meio das leis parlamentares?

A última grande operação na expropriação dos camponeses foi o que se chamou de "*Clearing of Estates*", a limpeza das terras, e que consistia, na realidade, na expulsão de seus habitantes. Todos os métodos ingleses até aqui considerados encontraram seu coroamento nessa "limpeza". Mas a "limpeza das terras", no sentido real da palavra, iremos estudá-la nas montanhas da Escócia, terra predileta dos romancistas modernos.

Os celtas da Alta Escócia formavam clãs e cada qual possuía o solo em que estava estabelecido. O chefe do clã só era proprietário no título de todo esse solo, assim como a rainha da Inglaterra tem o título de proprietária de todo o território inglês. Quando o Governo inglês conseguiu acabar as guerras intestinas desses chefes e suas incursões nas planícies da Baixa Escócia, esses chefes não renunciaram ao banditismo; só o mudaram de forma. Por sua própria autoridade, transformaram o direito titular de propriedade em direito de propriedade privada. E como enfrentaram a resistência dos membros do clã, recorreram à violência para expulsá-los. No século XVIII proibiu-se aos escoceses expulsos de suas terras de emigrar, para empurrá-los, assim, forçosamente para Glasgow e outras cidades industriais. O melhor exemplo do método seguido no século XIX nos é dado pelas "limpezas" do ducado de Sutherland. Desde seu acesso ao poder, a duquesa, versada em Economia, resolveu aplicar medidas radicais e transformar em pastagens todo o condado, onde operações similares já tinham reduzido a população a 15.000 habitantes. De 1814 a 1820, esses 15.000 habitantes, constituindo cerca de 3.000 famílias, foram perseguidos e expulsos. Todas as suas aldeias foram destruídas por fogo ou picaretas, e todas as suas terras transformadas em pastagens. Os soldados britânicos foram encarregados de executar as ordens e lá tiveram que enfrentar os nativos. Uma velha morreu no incêndio de sua choupana, que ela se recusou a abandonar. Foi dessa maneira que a duquesa se apropriou de 794.000 acres, que pertenciam ao clã desde tempos imemoriais. Aos expulsos ela consignou cerca de 6.000 acres à beira-mar, quer dizer, dois acres por família. Incultos até então, esses 6.000 acres nada deram aos seus proprietários. A duquesa teve a bondade de arrendar o acre por 2 *sh.* e 6 *p.* em média aos membros do clã que, desde há séculos, tinham vertido seu sangue pela família dela. Todas as terras roubadas

foram repartidas entre 29 grandes demarcações de pastos, cada uma com apenas uma família, a maior parte das vezes criados rurais ingleses. Em 1825, os 15.000 escoceses já tinham sido substituídos por 131.000 ovelhas. Os nativos postos de lado tentaram viver da pesca. Mas iriam pagar ainda mais caro por sua idolatria montanhosa e romântica por seus "chefes". O cheiro do peixe chegou até estes. Pressentiram aí uma fonte de renda e arrendaram essas terras aos grandes exploradores de pesca de Londres. E os escoceses foram expulsos uma vez mais.

Enfim uma parte das pastagens foi transformada em reserva de caça. Sabe-se que na Inglaterra não há florestas propriamente ditas. A caça, nos parques dos senhores, é constituída pelo gado doméstico, gordo como os magistrados de Londres. A Escócia é, pois, o último refúgio da "nobre paixão". "Nas montanhas", escrevia Somers em 1848, "as florestas foram bastante estendidas... A transformação de suas terras em pastagens relegou os escoceses às terras inférteis. E eis que a caça começa a substituir as ovelhas e aumenta ainda mais a miséria das populações pobres. A caça* não pode viver com os homens lado a lado. Ou um ou outro tem que ceder seu lugar. Aumentem os campos de caça em número e extensão nos próximos 25 anos da mesma forma que nos últimos 25, e não se verá mais nenhum escocês em seu solo natal. Essa tendência entre os proprietários das "highlands" (as montanhas da Escócia) é em parte coisa da moda, ou da vaidade aristocrática dos aficionados da caça; mas é certo que os proprietários de terra não desdenham os lucros provenientes da venda da caça. Pois é evidente que um terreno montanhoso, disponível para a caça, produz bem mais do que se estivesse entregue às pastagens. O aficionado que procura lugar para caça paga até onde pode sua bolsa... As "highlands" conheceram privações não menos cruéis que as infligidas à Inglaterra pela política dos reis normandos. Se se concedeu mais espaço à caça, isso se deu reduzindo o concedido aos homens... O povo perdeu sucessivamente todas as suas liberdades... E a opressão cresce dia a dia. Os proprietários consideram a expulsão dos camponeses como um princípio intangível, uma necessidade agrícola, e a operação continua sua marcha tranqüila e regular como se se tratasse de desbravar as florestas vírgens da América ou da Austrália."

O saque dos bens eclesiásticos, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, o embargo às propriedades comunais, a

* Nessas pretendidas florestas não há árvores. Retiram-se as ovelhas, soltam-se os veados pelas montanhas nuas, e a isso se chama "floresta de caça". Nem mesmo silvicultura há.

transformação usurpadora — e efetuada sob um regime de terror — das propriedades feudais e coletivas dos clãs em propriedades privadas modernas — eis os doces métodos da acumulação primitiva. Eles preparam o terreno para a agricultura capitalista, incorporam o solo e a terra ao capital e criam para a indústria das cidades a possibilidade de se procurar operários entre os proletários despojados de tudo.

Todos os homens assim privados de seus meios de vida não poderiam ser absorvidos pela manufatura nascente tão prontamente quanto ficavam disponíveis. De outra parte, bruscamente arrancados de seu gênero de vida habitual, não se podiam ajustar da noite para o dia à disciplina da nova situação. Muitos dentre eles se fizeram ladrões, bandidos, vagabundos, uns por tendência natural, outros — os mais numerosos — por força das circunstâncias. É por isso que, pelo fim do século XV e durante todo o XVI, houve em toda a Europa ocidental uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os avós dos operários atuais foram primeiramente punidos por se deixarem transformar em vagabundos e miseráveis. A legislação os tratou como criminosos voluntários, supondo que dependia unicamente de suas boas vontades continuar a trabalhar nas condições que não existiam mais.

Na época em que nasceu a produção capitalista, a burguesia, elevando-se aos poucos, serviu-se da força do Estado para “regulamentar” os salários, prolongar a jornada de trabalho e manter o operário numa situação normal de dependência. Eis um elemento essencial da pretendida acumulação primitiva.

A classe dos assalariados, surgida na segunda metade do século XIV, não constituía então, nem mesmo no século seguinte, senão uma ínfima parcela do povo, fortemente protegida em sua situação pela classe dos camponeses independentes e a organização corporativa das cidades. Nas cidades e nos campos, operários e patrões se achavam muito ligados. O capital variável predominava consideravelmente sobre o capital constante. A procura de trabalho assalariado aumentou, pois, rapidamente com toda a acumulação de capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado não a acompanhou senão muito lentamente.

• • •

Depois de ter considerado a criação violenta de um proletariado despojado, temos que colocar a seguinte questão: qual é a origem primeira dos capitalistas? A expropriação das po-

pulações rurais não criou diretamente senão grandes proprietários territoriais. Quanto à gênese dos arrendatários, podemos de certa forma tocar com a mão porque a evolução se faz lentamente e prosseguiu por vários séculos. Os servos, eles próprios, e um certo número de pequenos proprietários livres tinham os mais diversos títulos de propriedade; também foram-se emancipando nas condições econômicas mais diversas. Na Inglaterra, a primeira espécie de arrendatário é o *baillif*, servo ele mesmo. Sua situação é análoga à do *villicus* romano, mas numa esfera mais restrita. Pela metade do século XIV, é substituído por um arrendatário, a quem o senhor da terra fornece as sementes, o gado e os instrumentos de trabalho. A situação desse arrendatário não difere muito da do camponês; apenas ele explora mais assalariados. Logo se tornou um "parceiro". Ele fornecia uma parte do capital e o senhor da terra fornecia o resto. Os dois se dividiam os benefícios em proporções fixadas por contrato. Na Inglaterra, essa forma desapareceu rapidamente para dar lugar ao arrendatário propriamente dito, que se vale de seu próprio capital, empregando assalariados e remetendo ao senhor da terra, a título de renda, uma parte do sobreproduto, em dinheiro ou natura. Enquanto, durante o século XV, o lavrador independente e o operário agrícola, que trabalha por conta própria ao mesmo tempo que trabalha como assalariado, se enriquecem por seu trabalho, a situação do arrendatário e seu campo de produção permanecem igualmente medíocres. A revolução agrícola realizada na última terça parte do século XV (com exceção dos últimos 20 anos) enriqueceu o arrendatário tão rapidamente como empobreceu a população rural. A usurpação das pastagens comunais lhe permitiu aumentar consideravelmente seu gado, e este lhe forneceu o adubo para o solo. No século XVI intervém um fator decisivo. Nessa época os contratos de renda eram de longa duração, ordinariamente 99 anos. A depreciação contínua dos metais preciosos, e conseqüentemente do dinheiro, deu frutos de ouro aos arrendatários. Produziu, deduzindo todos os outros fatores assinalados mais acima, um rebaixamento dos salários. Uma parte disso veio beneficiar o arrendatário. O crescimento contínuo dos preços do trigo, da lã, da carne, em suma, de todos os produtos agrícolas, aumentou o capital em dinheiro do arrendatário, sem esforço especial de sua parte, enquanto ele pagava sua renda no valor antigo do dinheiro. Ele enriquecia, pois, às custas de seus assalariados e do proprietário de suas terras. Não se deve espantar, assim, que no fim do século XVI havia na Inglaterra uma "classe de arrendatários capitalistas", ricos para a época.

A expropriação por golpes sempre renovados e a expulsão da população rural forneceram à indústria urbana massas contínuas de proletários estranhos à esfera corporativa. A rarefação da população rural independente e que explorava por conta própria não tinha apenas como correlato a condensação do proletariado industrial. Malgrado a diminuição numérica dos que a cultivavam, a terra produzia ainda mais: a revolução nas condições da propriedade fundiária se fazia acompanhar do aperfeiçoamento dos métodos de cultura, de uma cooperação mais extensiva, da concentração dos meios de produção etc. e, mais, os assalariados agrícolas forneciam um trabalho mais e mais intenso, ainda que o campo de produção que eles trabalhavam por sua própria conta se retraía a cada dia que passava. Ao mesmo tempo que a população rural, também seus meios de subsistência se tornam disponíveis e transformam-se em elementos constitutivos do capital variável. O operário jogado à rua se vê obrigado a comprar o valor de seus meios de subsistência, sob a forma de um salário, que lhe será pago por seu novo patrão, o capitalista industrial. E isso também ocorreu com as matérias-primas da indústria fornecidas pela agricultura local como meios de subsistência: elas se tornaram um elemento do capital constante. Suponhamos, por exemplo, que uma parte dos camponeses da Vestfália — que, no tempo de Frederico II, fiavam todos não a seda, mas o linho — tendo sido expropriada pela violência e expulsa de suas terras, o resto se tenha tornado jornaleiros dos grandes arrendatários. Suponhamos, ademais, a construção ao mesmo tempo das grandes fiadoras ou grandes tecelagens onde os expropriados encontram uma ocupação como assalariados: o linho não mudou de aspecto, nenhuma de suas fibras foi modificada, mas uma alma nova se apoderou dele. Ele forma agora parte do capital constante dos patrões manufatureiros. Outrora repartido entre uma multidão de pequenos produtores que o cultivavam eles próprios e o fiavam em pequenas quantidades com suas famílias, ele se encontra atualmente concentrado nas mãos de um capitalista, para quem outros fiam e tecem. O trabalho extraordinário gasto na fiação do linho se traduzia antes em renda extra de inumeráveis famílias camponesas ou ainda, como no tempo de Frederico II, em impostos para o rei da Prússia. Ele se traduz hoje em lucros para um pequeno número de capitalistas. As rodas de fiar e os instrumentos de tecelagem, antes disseminados por todo o campo, são hoje reunidos em algumas grandes casernas de trabalho, da mesma forma que os operários e as matérias-primas. Em vez de servir como garantia de uma existência independente aos fiadores e

tecelões, as rodas, os teares e as matérias-primas servem para comandar os operários e extorquir-lhes trabalho não-pago. Vendo as grandes manufaturas não se diz que, assim como as grandes fazendas, elas são um aglomerado de muitas pequenas oficinas e constituídas pela expropriação de um grande número de produtores independentes. Mas o observador lúcido não se deixa enganar.

A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural tornam disponíveis os operários ao mesmo tempo que os meios de subsistência e de trabalho para o capital industrial: ela cria o mercado interno.

Antes, a família camponesa produzia e trabalhava os meios de subsistência e as matérias-primas que em seguida ela mesma consumia a maior parte. Essas matérias-primas e esses meios de subsistência se convertem agora em mercadorias; é o grande arrendatário que os vende, e são as manufaturas seu mercado. Os fios, o pano, as grossas fazendas de lã, quer dizer, as coisas cujas matérias-primas se achavam à disposição de toda família camponesa, que os fiava e tecia para o próprio uso, convertem-se em artigos de manufatura, aos quais o campo serve precisamente de mercado. É assim que a expropriação dos camponeses, antes estabelecidos por conta própria, e sua separação dos seus meios de produção são acompanhadas do aniquilamento da indústria suplementar do campo. E só o aniquilamento da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que tem necessidade o modo de produção capitalista. Entretanto, o período manufatureiro propriamente dito não chega a realizar uma transformação radical. Foi preciso aparecer a grande indústria e a maquinaria para dar uma base permanente à agricultura capitalista, expropriar radicalmente a grande maioria dos camponeses, e completar o divórcio entre a agricultura e a indústria doméstica do campo, extirpando as raízes desta última, a fiação e a tecelagem. É ela também que conquista para o capital industrial todo o mercado interno.

A gênese do capitalista industrial não se fez progressivamente como a do arrendatário. Sem dúvida, muitos pequenos patrões corporativos, mais ainda pequenos artesãos independentes e mesmo assalariados, se transformaram no início em pequenos capitalistas e, depois, pela exploração crescente de trabalho assalariado e a acumulação correspondente, em capitalistas mesmo. Mas essa progressão excessivamente lenta não respondia de maneira alguma às necessidades comerciais do novo mercado mundial criado pelas grandes descobertas e invenções do século XV. Ora, a Idade Média tinha legado duas

formas diferentes de capital: o *capital usurário* e o *capital comercial*.

O capital em dinheiro formado pela usura e pelo comércio foi duplamente estorvado na sua transformação em capital industrial: no campo pela constituição feudal, nas cidades pela organização corporativa. (Ainda em 1794 os pequenos fabricantes de panos de Leeds enviaram uma delegação ao Parlamento a fim de reclamar uma lei que proibisse aos mercadores tornarem-se fabricantes.) Esses entraves desapareceram com a dissolução dos séquitos senhoriais, com a expropriação e expulsão parcial das populações rurais. A nova manufatura foi instalada nos portos marítimos de exportação, ou sobre os pontos em pleno campo situados fora do controle do velho sistema urbano e da organização corporativa. Na Inglaterra houve, assim, uma luta violenta entre as cidades de corporações e essas novas cidades industriais.

A descoberta das minas de ouro e de prata da América, o extermínio das populações indígenas, sua escravização ou seu enterramento nas minas, a conquista e o começo da pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África num vasto cercado onde se caçavam negros, tudo isso caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses procedimentos idílicos são os fatores importantes da acumulação primitiva. Logo depois começa a guerra comercial das grandes nações européias tendo a terra inteira como campo de batalha. Começa com a guerra dos Países Baixos contra a Espanha (1581), toma proporções gigantescas na guerra da Inglaterra contra os jacobinos franceses (1793), prolonga-se nas "guerras do ópio" contra a China (1840) etc.

Os diversos fatores da acumulação primitiva se repartem mais ou menos, pela ordem cronológica, pela Espanha, Portugal, França e Inglaterra. Na Inglaterra se reúne, pelo fim do século XVII, num sistema metódico compreendendo a *colonização*, o regime da *dívida pública*, a *organização moderna das finanças* e o *proteccionismo*. Esses métodos repousam, em parte, na simples força bruta, como o sistema colonial; todos se apóiam na força do Estado, para ativar ao máximo a transformação do modo de produção feudal em modo de produção capitalista e abreviar as fases de transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade gerando uma nova. E é ela própria uma potência econômica.

A propósito do sistema cristão da colonização, eis o que diz um homem que se fez um especialista do cristianismo, W. Howitt (*Colonização e Cristianismo*, Londres, 1833): "Os atos de barbárie e as vergonhosas atrocidades de que se tornaram

culpadas as nações ditas cristãs, em todas as regiões e contra todos os povos que puderam subjugar, não têm nenhum paralelo em qualquer outra era da história universal nem em nenhuma outra raça, por mais selvagem, mais bárbara, mais impiedosa e mais desavergonhada que fosse". A história da colonização holandesa no século XVIII — era a Holanda o modelo da nação capitalista — "desenrola um quadro incomparável de traições, de corrupção, assassinatos e de ignomínia".* Para se apoderar de Malaca, os holandeses corromperam o governador português, que lhes abriu as portas em 1641. Em seguida, correram à sua casa e o mataram para não lhe pagar a soma de 21.875 libras esterlinas, que fora o preço de sua traição. Por toda parte a devastação e o despovoamento seguiram seus passos. Em 1750, Banjuwangi, província de Java, contava mais de 80.000 habitantes. Em 1811 esse número caiu para 8.000.

A Companhia Inglesa das Índias Orientais obteve, como se sabe, não somente o poder político na Índia, mas ainda o monopólio exclusivo do comércio do chá, do comércio chinês em geral e do transporte de todas as mercadorias entre esses países e a Europa e vice-versa. Mas a cabotagem nas costas da Índia, a navegação entre as ilhas e o comércio interno, tornara-se monopólio dos altos funcionários da Companhia. O monopólio do sal, do ópio, do bétele, eram fontes inesgotáveis de riqueza. Os empregados fixavam eles mesmos os preços e escorchavam os infelizes hindus. O governador-geral tomava parte nesse comércio particular. Seus protegidos obtinham contratos tais que — mais poderosos que os alquimistas — obtinham o ouro a partir do nada. Grandes fortunas surgiam da noite para o dia como cogumelos, e a acumulação primitiva se operou sem que os interessados tivessem que adiantar um só xelim. As demandas judiciárias contra Warren Hastings revelaram montes de exemplos do gênero. Eis um caso: Um certo Sullivan recebeu um contrato de ópio, no momento em que ia partir, encarregado de missão oficial, para uma região bem afastada dos distritos produtores do ópio. Cedeu seu contrato, por 40.000 libras esterlinas, a um certo Binn, que o revendeu no mesmo dia por 60.000 libras, e o comprador final — aquele que executou o contrato — declarou que ele mesmo tinha obtido um lucro considerável. Segundo a apuração feita no Parlamento, a Companhia e seus empregados obtiveram, pelos hindus, de 1757 a 1766, graciosamente, 6 milhões de libras esterlinas! Em 1769-1770, os ingleses criaram uma situação de fome,

* Thomas Stamford Raffles, antigo governador de Java, *Java e suas Possessões* (em inglês), Londres, 1817.

açambarcando todo o arroz e não o vendendo senão por preços fabulosos.

O regime colonial gerou progressos enormes no comércio e na navegação. As "sociedades de monopólio" (Lutero) contribuíram fortemente para a concentração do capital. As manufaturas, que surgiam por toda parte, encontravam nas colônias seu mercado e uma acumulação intensificada pelo regime de monopólio. As riquezas reunidas fora da Europa pela pilhagem, a escravidão e o morticínio refluíam para a metrópole, onde se transformavam em capital. A Holanda, a primeira a praticar o sistema colonial em toda a sua extensão, achava-se em 1648 no apogeu do seu poderio comercial. Ela açambarcava "quase todo o tráfico das Índias Orientais, assim como as relações entre o Sudoeste e o Nordeste da Europa. Sua pesca, sua marinha, suas manufaturas, ultrapassavam as de todos os outros países. Os capitais da República eram, talvez, superiores aos do resto da Europa." Gülich esquece de acrescentar que em 1648 a massa do povo holandês era esfolada, empobrecida, oprimida pela força bruta.

Em nossos dias, a supremacia industrial leva consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito é, ao contrário, a supremacia comercial que assegura a preponderância industrial. Daí o papel tão importante desempenhado então pelo sistema colonial. Ele era o "deus de fora" que se instalava no altar ao lado de velhos ídolos da Europa e que, um belo dia, os derrubaria a todos. A partir dessa data, a mais-valia se tornava o fim único da humanidade.

O sistema do crédito público, quer dizer, as *dívidas do Estado*, cujas origens encontramos, na Idade Média, em Gênova e Veneza, toma conta da Europa durante o período manufatureiro. O sistema colonial, com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais, lhe serve de estímulo. Ele se instalou, assim, primeiramente na Holanda. A dívida pública, quer dizer, a alienação do Estado, seja despótico, constitucional ou republicano, dá o verdadeiro caráter à era capitalista. A única parte da pretendida riqueza nacional que entra realmente na posse coletiva dos povos modernos é a dívida pública.

A dívida pública torna-se um dos fatores mais poderosos da acumulação primitiva. Como por um lance de mágica, ela infunde uma potência reprodutora ao dinheiro improdutivo e o transforma em capital, sem que ele tenha necessidade de se expor aos perigos e aos esforços que acompanham todos os investimentos industrial e mesmo usurário. Na realidade, os credores do Estado não entregam nada; a soma emprestada se transforma em títulos da dívida pública de fácil transferência e

que continuam a funcionar em suas mãos como moeda sonante. Mas, deixando de lado os financistas que enriquecem improvavelmente servindo de intermediários entre o Governo e a nação; deixando mesmo de lado os arrematadores de impostos, os comerciantes, os fabricantes particulares, cujas bolsas sempre recolhem uma boa parcela de todo empréstimo do Estado, como um capital caído do céu; deixando tudo isso de lado, a dívida pública fez nascer e prosperar as sociedades por ações, o tráfico de títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra, a bolsa e o sistema bancário moderno.

Desde sua origem, os grandes bancos enfiados de títulos nacionais não eram mais que sociedades de especuladores particulares, que se colocavam ao lado do Governo e, graças aos privilégios obtidos, estavam mesmo em condições de emprestar-lhe dinheiro. Por isso não se pode ter melhor índice da acumulação da dívida pública do que o oferecido pela elevação progressiva das ações desses bancos, cujo pleno desenvolvimento data da fundação do Banco da Inglaterra (1694). O Banco da Inglaterra começou emprestando dinheiro ao Governo à taxa de 8%. Ao mesmo tempo, foi autorizado pelo Parlamento a cunhar moeda do mesmo capital, emprestando-o ao público sob a forma de notas de banco. Com essas *banknotes*, ele podia descontar letras (quer dizer, comprá-las antes de seu vencimento), fazer empréstimos sobre mercadorias e comprar metais preciosos. Pouco depois, o Banco da Inglaterra se serviu dessa moeda fiduciária, fabricada por êle mesmo, para fazer adiantamentos ao Estado e pagar os títulos da dívida pública. Não lhe satisfazendo retomar com uma mão o que dava com a outra, ele se mantinha mesmo assim credor perpétuo da nação até a última moeda. Pouco a pouco, ele se tornou o receptáculo obrigatório de todos os tesouros metálicos do país e o centro de gravitação de todo o crédito comercial. No momento em que se terminava, na Inglaterra, de queimar bruxas, começava-se a agarrar falsificadores de notas bancárias. Os escritos da época, as obras de Bolingbroke em particular, nos indicam o efeito produzido nos contemporâneos pela aparição repentina de toda essa súcia de bancocratas, financistas, rentistas, corretores, agentes e jogadores de bolsa.

Com as dívidas públicas nasceu um sistema de crédito internacional que muitas vezes esconde, num ou noutro país, uma das fontes da acumulação primitiva. É assim que as infâmias do sistema de rapina praticadas em Veneza constituem uma das bases ocultas da riqueza capitalista da Holanda, a quem Veneza em decadência emprestou grossas somas de dinheiro. As relações entre a Holanda e a Inglaterra são idên-

ticas. Desde o começo do século XVIII, as manufaturas holandesas cessaram de ocupar o primeiro escalão, e o país perdeu sua preponderância comercial e industrial. De 1701 a 1776, a Holanda empresta capitais consideráveis, especialmente a seu principal concorrente, a Inglaterra. A situação é a mesma entre a Inglaterra e os Estados Unidos. Muitos capitais que se mostram hoje nos Estados Unidos sem indicação de origem não são senão capitalização do sangue das crianças levada a efeito nas fábricas inglesas.

Como a dívida pública se apóia na renda do Estado, que deve fazer face a todos os pagamentos a serem efetuados durante o ano, o *sistema moderno de impostos* torna-se o complemento necessário do sistema de empréstimos nacionais. Os empréstimos permitem ao Governo cobrir as despesas extraordinárias sem que o contribuinte se ressinta imediatamente; mas eles implicam em seguida uma elevação dos impostos. De outra parte, o acréscimo dos impostos, levado pela acumulação das dívidas contraídas sucessivamente, força o Governo, cada vez que se apresentam novas despesas extraordinárias, a fazer novos empréstimos. O sistema fiscal moderno, do qual os impostos sobre os objetos de primeira necessidade (e conseqüentemente seu encarecimento) constituem a chave, traz, pois, em si mesmo o germe de uma progressão automática. A elevação contínua dos impostos não é, portanto, um incidente, mas a norma geral. Na Holanda, onde esse sistema foi inaugurado em primeiro lugar, o grande patriota de Witt (1625-1672) o celebrou em suas máximas como o melhor sistema para tornar o assalariado submisso, frugal, devotado... e para sobrecarregá-lo de trabalho. Mas a influência deletéria que ele exerce sobre a situação dos assalariados nos interessa aqui menos que a exportação violenta que acarreta ao camponês, ao artesão, numa palavra, a todos os elementos da pequena classe média. Todos estão de acordo nessa questão, inclusive os economistas burgueses. E sua ação expropriadora é ainda reforçada pelo sistema protecionista, que é parte integrante daquele.

O *sistema protecionista* foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar operários independentes, de capitalizar os meios nacionais de produção e de subsistência, de abreviar pela força a transição do antigo ao moderno modo de produção. Os Estados europeus se disputaram o monopólio dessa invenção, e, desde que foram postos a serviço dos fazedores de lucros não extorquiram apenas seus próprios povos, seja indiretamente através das tarifas protecionistas, seja diretamente pelos subsídios à exportação. Nos países secundários colocados sob sua influência, destruíram por meios violentos

toda indústria, como por exemplo a manufatura de lã aniquilada pelos ingleses na Irlanda. No continente europeu, Colbert deu o sinal para uma simplificação considerável desse procedimento. É do tesouro público que, nesses países, os industriais tiram, boa parte das vezes, seu capital primitivo.

O sistema colonial, a dívida pública, os impostos, o proteccionismo, as guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro propriamente dito, ganham um desenvolvimento extraordinário durante o primeiro período da grande indústria. Para festejar o nascimento dessa indústria, houve uma espécie de *massacre de inocentes*. Assim como a Marinha real, também as fábricas recrutam seu pessoal através da imprensa. Num livro aparecido em Londres em 1836, pode-se ler: "No Derbyshire, no Nottinghamshire e sobretudo no Lancashire, as máquinas recentemente inventadas foram empregadas nas grandes fábricas construídas à margem dos rios capazes de fazer girar a roda hidráulica. E nesses lugares, longe das cidades, é preciso de imediato milhares de braços. No Lancashire principalmente, relativamente pouco povoado até essa data, e infértil, foi preciso toda uma população. O que se requisitava principalmente eram dedos pequenos e ágeis. Assim, se introduziu o costume de trazer aprendizes dos asilos paroquiais de Londres, Birmingham etc. Milhares dessas pequenas criaturas abandonadas, de 7 a 13 ou 14 anos, foram assim expedidas para o norte. O patrão (o ladrão de crianças) tinha o hábito de vestir e alimentar seus aprendizes e alojá-los numa casa especial perto da fábrica. Vigias não tiravam os olhos de cima deles durante o trabalho. Era do interesse desses capatazes de escravos esgotar ao extremo as crianças, já que seu pagamento era proporcional à soma de produtos que eles extorquiam delas. Em muitos distritos industriais, especialmente no Lancashire, as mais terríveis torturas foram impostas a essas criaturas inofensivas e abandonadas, entregues aos patrões das fábricas. Essas crianças foram esgotadas até a morte pelo excesso de trabalho, chicoteadas, presas, martirizadas com requintes de crueldade, freqüentemente deixadas quase inteiramente a morrer de fome, sendo mantidas no trabalho a golpes de chicote. Em certos casos, foram levadas até o suicídio!... Os belos e românticos vales do Derbyshire, do Nottinghamshire e do Lancashire, subtraídos aos olhos do público, se tornaram horríveis lugares solitários onde reinava a tortura... às vezes mesmo o assassinio! Os lucros dos fabricantes foram enormes. Seus apetites cresceram. Introduziram o trabalho noturno. Depois de esgotar uma equipe pelo trabalho diurno, tinham outra pronta para o trabalho noturno; a equipe do dia

ocupava então as camas que a da noite acabava de deixar, e vice-versa. Quer a tradição popular que no Lancashire "as camas não se esfriem nunca". Em 1815, no Parlamento inglês, assinalou-se o caso de uma paróquia de Londres que estabeleceu um contrato com um fabricante do Lancashire pelo qual este se comprometia a receber, por cada 20 crianças sãs física e mentalmente, uma idiota.

Eis aí o que custou realizar o processo de separação entre os operários e os meios de trabalho, para transformar de uma parte os meios sociais de produção e de subsistência em capital, de outra parte a massa popular em assalariados. Se o dinheiro, segundo Augier, "vem ao mundo com sua mancha natural de sangue sobre a face", o capital nasce gotejando sangue e lama dos pés à cabeça.*

* "O capital foge do tumulto e da discussão e é tímido por natureza. É bem verdade, mas não totalmente. O capital tem horror à ausência ou pequena quantidade de ganhos, da mesma forma como a natureza tem horror ao vácuo. Com um ganho satisfatório, o capital se encoraja. Assegurem-lhe 10%, e ele irá onde for; com 20%, ele se anima; com 50%, ele se torna positivamente temerário; com 100%, passa por cima de todas as leis humanas; com 300%, não há crime a que ele não se arrisque, inda sob a ameaça do patíbulo. Quando o tumulto e a discussão podem trazer lucros, ele os fomentará. A prova disso: o contrabando e a escravização dos negros." (T. J. Dunning, *Trade Unions et grèves*, 1860, pág. 36.)